



Mário Abrantes
marioabrantes@hotmail.com

Os votos e as circunstâncias

Na semana passada foi aprovado no Parlamento açoriano o orçamento suplementar para 2020 com os votos favoráveis do PS e da direita - PSD e CDS (nesta área política só o deputado único do PPM votou contra) e com as abstenções da esquerda - BE e PCP. Sendo uma alteração orçamental que abarca algumas orientações positivas, nomeadamente um reforço de verbas no investimento público da ordem dos 160 milhões de euros, onde se inclui um reforço não negligenciável de 91,5 milhões de euros no Serviço Regional de Saúde (embora previsivelmente insuficiente em caso de acontecer uma nova vaga de infeções no outono) e o reforço do apoio direto à empresa pública de transportes aéreos (50 milhões), inclui ainda algumas orientações e exclui outras que justificam uma prudente avaliação a qual, não inviabilizando embora a proposta, não é no entanto compatível com qualquer cheque em branco passado ao governo regional, tal como entenderam não o ser os dois partidos à esquerda do PS representados na Assembleia Legislativa da RAAçores.

Numa primeira observação deve dizer-se que devido à existência de maioria absoluta do PS no parlamento, não é fácil hoje nos Açores, como por vezes já foi possível na República (por o PS não possuir aí maioria absoluta de deputados) os outros partidos influenciarem decisivamente o posicionamento do partido do governo quanto ao conteúdo das suas propostas-base de caráter estratégico, como é o caso. Assim o recurso à abstenção ou ao voto contrário será nestas circunstâncias muito mais espetável por parte da oposição.

Uma segunda observação remete para o facto de nos Açores, tal como na República, se estar agora a assistir a um maior "encosto" das posições do PS às posições da direita, situação confirmada plenamente pelos votos favoráveis do PSD e do CDS à proposta orçamental do governo regional socialista.

Mas, além do mais, existem razões concretas que justificam a abstenção da esquerda relativamente a esta alteração orçamental: para além da aparente ausência de qualquer reforço do investimento diretamente virado para a coesão social, desde logo merece também destaque pela negativa, com exceção da verba (pouco significativa) prevista de mais 15% do salário mínimo para os trabalhadores em formação profissional, a falta de apoio direto à difícil situação que atravessam muitos dos 11.000 trabalhadores em lay-off, aos novos desempregados, aos ameaçados pelo despedimento próximo com o fim do lay-off simplificado, e aos milhares de precários, tudo isto a agravar certamente a situação já anteriormente preocupante das 31,8% famílias consideradas em risco de pobreza nos Açores, onde se incluíam muitos trabalhadores desempregados e mesmo 10,8 % dos empregados.

Destaque ainda para a sobrevalorização incerta, e pouco enquadrada por uma orientação estratégica afinada e adequada às características naturais do território, do investimento na área do turismo, o qual, além dos 20 milhões de euros a aplicar diretamente na área, absorverá ainda uma boa parte dos 72,8 milhões de euros de reforço no apoio geral às empresas. Isto em contraste com a falta de investimento previsto para aumentar o apoio à produção regional, capacitando-a ao mesmo tempo para reenquadrar os trabalhadores afastados pela diminuição inevitável da procura turística, nomeadamente nas áreas estratégicas da produção bovina, das agro-indústrias a juzante, e das pescas e do mar, setores estes que ao contrário da maioria e demonstrando uma relevante solidez não deixaram de crescer em tempo de pandemia: mais 2,5 % e mais 15,3%, respetivamente, desde janeiro.

Circunstâncias diferentes portanto quanto às orientações políticas atuais, seriam imagináveis, e mesmo desejáveis, caso a uma (possível) ausência de maioria absoluta do partido do governo, em outubro próximo, se juntasse o reforço da representação parlamentar dos partidos à sua esquerda.



Teresa Nóbrega

1969 – 2020

“Mas rematar o texto dos blocos publicitários apresentando-os como uma campanha, uma iniciativa, uma sugestão ou um conselho do Governo dos Açores é abusivo e entra-se de forma astuciosa na esfera da propaganda política que em vésperas de eleições toma a forma de campanha eleitoral.”

Em 1969, Ano I da primavera marcelista, o desanuviamento político era evidente e uma brisa de liberdade trazia alguma esperança de novos tempos em Portugal. Para Outubro estavam marcadas as eleições para a Assembleia Nacional. As listas da União Nacional incluíam nomes como Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Mota Amaral, personalidades independentes que auguravam a abertura do regime. Pela oposição apresentavam-se duas comissões eleitorais. A CDE constituída por individualidades próximas do Partido Comunista Português e a CEUD, liderada por Mário Soares e constituída por personalidades ligadas à Acção Socialista Portuguesa e por católicos e monárquicos progressistas.

A campanha foi afectada por múltiplas dificuldades levantadas pelas autoridades oficiais, mas pela primeira vez foi possível haver sessões de esclarecimento no período da campanha eleitoral. Quanto à televisão as regras foram bem claras. Não haveria qualquer presença da campanha no único canal, a pública RTP. No entanto meses antes, e até às eleições, as emissões foram invadidas por blocos de imagens a separar os programas ou a preencher os intervalos dos mesmos. As imagens transmitidas apresentavam grandes obras públicas e bairros sociais, as obras do regime. Não havia uma palavra, apenas música de fundo e legendas com os nomes das cidades que eram visualizadas. Bem protestou a oposição por esta forma de campanha eleitoral dissimulada.

Em 2020, 51 anos depois e em vésperas de eleições, todos os dias, nos intervalos dos telegornais da televisão pública açoriana e a toda a hora na rádio pública, somos bombardeados nos espaços de publicidade institucional com blocos publicitários incentivando o consumo de produtos regionais, alertando para os riscos da internet, informando das respostas públicas ao flagelo da violência doméstica e outros assuntos de matriz informativa, formativa ou educativa. Temas importantes que habitualmente são tratados por organizações não governamentais de carácter social, económico ou ambiental que recebem apoios públicos para o efeito. Ocasionalmente também podem ser promovidos por entidades oficiais que se apresentam sob a denominação de Município, Região Autónoma ou República.

Mas rematar o texto dos blocos publicitários apresentando-os como uma campanha, uma iniciativa, uma sugestão ou um conselho do Governo dos Açores é abusivo e entra-se de forma astuciosa na esfera da propaganda política que em vésperas de eleições toma a forma de campanha eleitoral. Campanha gratuita que usa o espaço de publicidade institucional da Região Autónoma. A propaganda política está reservada aos partidos políticos e quem a faz pelo governo é o partido que o apoia e nos tempos reservados aos partidos.

Aproveitar o espaço de publicidade institucional atribuído à Região para promover o governo de forma dissimulada é prática que na política portuguesa não era vista há mais de 46 anos. Em ditadura a oposição, dentro dos limites que lhe era permitido, protestou. Em democracia, e com toda a Liberdade, a oposição ainda não reagiu.

*Jornalista

A autora escreve segundo as antigas regras ortográficas